

“Autonomia e financiamento estão em jogo”, alertam participantes da audiência pública sobre reforma tributária

Atividade teve casa cheia para ouvir as propostas do Fórum das Seis de novo mecanismo de repasse às universidades. Estudantes e servidores da Unesp lotaram auditório na Alesp. Somente a Unicamp enviou representantes

O auditório Franco Montoro, na Assembleia Legislativa, ficou cheio na manhã de 10/12/2025 para a audiência pública intitulada “Reforma tributária e o financiamento das universidades estaduais”. O evento foi promovido pelo Fórum das Seis, com o apoio do mandato do deputado Guilherme Cortez (PSOL-SP). Caravanas de servidores e estudantes da Unesp, vindos de vários *campi* para participar de um ato público durante a sessão do Conselho Universitário (CO) no período da tarde, juntaram-se aos representantes das demais estaduais e do Centro Paula Souza.

Cortez, que é egresso do curso de Direito da Unesp de Franca, abriu a audiência manifestando apoio aos estudantes e servidores técnico-administrativos da Unesp, respectivamente em luta por mais recursos para a permanência e pela equiparação com os colegas da USP. “Nada justifica trabalhar igual e ganhar menos, a não o subfinanciamento e o fato de a Unesp ser a prima pobre das estaduais paulistas”, disse.

Em seguida, o parlamentar chamou para a mesa Silvia Gatti, coordenadora do Fórum e presidente da ADunicamp, Márcio Moretto (presidente da Adusp), Guilherme Nogueira (representando os DCEs das três universidades), Malena Midões Suarez Rojas (pela União Paulista dos Estudantes Secundaristas/UEE), e os representantes da reitoria da Unicamp, André Biancarelli e Thiago Baldini. As reitorias da Unesp e da USP não atenderam ao convite para a audiência.

Subfinanciamento não é de agora

Primeira a falar, a coordenadora do Fórum lembrou que, se hoje as universidades são reconhecidas por sua qualidade e importância no desenvolvimento do estado e do país, “isso se deve em grande medida à autonomia conquistada no início de 1989”.

A conquista veio após uma histórica greve, como você pode conferir em <https://tinyurl.com/BolAutonomiaF6>.

O então governador Orestes Qué-



A coordenadora do Fórum, Silvia Gatti, fala durante a audiência



cia assinou o famoso “decreto da autonomia” (Decreto nº 29.598, de 2/2/1989), estabelecendo que Unesp, Unicamp e USP passariam a ser financiadas por 8,4% da quota-parte do estado no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-QPE). O índice já começou subdimensionado, aquém do que as instituições vinham recebendo. Nos anos seguintes, a luta da comunidade universitária forçou a elevação: para 9% em 1992 e 9,57% do ICMS-QPE

em 1995, percentual que vigora atualmente e é insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais paulistas.

“A manutenção dos 9,57% até hoje, quase 30 anos depois, após um enorme crescimento no número de estudantes, cursos e *campi*, impõe um subfinanciamento que se agrava a cada dia”, disse Silvia (*confira tabela do Fórum na página seguinte*). Ela citou ainda o crescente ingresso de estudantes

oriundos das cotas, que necessitam de apoio para se manterem e concluírem os estudos.

Silvia também se referiu às escolas técnicas (ETECs) e às faculdades de tecnologia (FATECs) mantidas pelo Centro Paula Souza, que sequer contam com verbas vinculadas, como é o caso das universidades, e dependem da boa vontade do governador a cada ano.

No meio do caminho, a reforma tributária

A luta pelo aumento de recursos para as universidades estaduais paulistas passa a ter novos contornos com o advento da reforma tributária. Aprovada no final de 2023, a reforma extinguirá progressivamente o ICMS. Em seu lugar, surge o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que começa a vigorar em 2026, com uma parcela simbólica de 0,1%, aumentando ano a ano até substituir plenamente o ICMS em 2033.

O presidente da Adusp fez uma exposição sobre a proposta que o Fórum das Seis tem para adequar as universidades à nova realidade. Um estudo feito pelo Grupo de Trabalho (GT) Verbas do Fórum, a partir de uma análise histórica do período entre 2012 e 2022, apontou que o ICMS-QPE corresponde, em média, a 86,38% da Receita Tributária Líquida (RTL) do Estado. “É necessário criar um novo mecanismo estável, previsível e transparente. A proposta é defender um modelo semelhante ao da Fapesp, que é vinculado à RTL”, destacou Márcio Moretto.

Pela proposta, que considera todos os itens que o governo estadual exclui do ICMS-QPE antes do repasse, as universidades passariam a ser financiadas por 8,64% da RTL.

“A transição pode ocorrer a qualquer momento, sem a necessidade de aguardar 2033”, prosseguiu Moretto, defendendo que o piso de 8,64% da RTL seja adotado o quanto antes. “Isso garantiria estabilidade para as universidades.”

Crise de financiamento

“O que vemos hoje nas estaduais paulistas não é uma crise financeira, mas sim de financiamento, que serve a um programa político contrário à educação pública”, ressaltou o estudante Guilherme, do DCE da Unesp, em referência à enorme expansão vivida por Unesp, Unicamp e USP desde o início deste século. Ele reforçou a importância da proposta do Fórum das Seis para o financiamento das universidades.

“Além de apenas trocar de



Márcio Moretto, da Adusp, expõe a proposta do Fórum das Seis de novo parâmetro de financiamento

um imposto para outro, precisamos conquistar uma fonte de financiamento mais segura, e um aumento real no orçamento repassado para as estaduais, que seja condizente com o crescimento das três universidades e para que elas possam avançar nas políticas de permanência estudantil, nas políticas de segurança alimentar, na valorização dos servidores e docentes, e para que tenhamos uma estrutura de qualidade que atenda às demandas da comunidade”, frisou o estudante.

Cruesp também tem proposta

Em 2024, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) criou um grupo de trabalho para estudar o impacto da reforma tributária sobre as universidades. O professor André Biancarelli, representante da reitoria da Unicamp na audiência pública, era um dos membros. Ele lembrou que os estudos do grupo concluíram em uma proposta muito parecida à do Fórum das Seis, de 8,63% da RTL.

“Nós entendemos que a RTL seria uma base mais estável para o financiamento das universidades do que o ICMS é atual-

mente”, comparou o docente. “O ICMS vem perdendo relevância, pois várias atividades são sub tributadas, além das isenções e de sonerações.”

Biancarelli fez coro à fala inicial da coordenadora do Fórum, sobre a importância de autonomia para as universidades. “Ela garante previsibilidade para formar pessoas e fazer ciência.”

Nota da redação: Desde que o Cruesp divulgou sua proposta, o Fórum das Seis vem cobrando os reitores a defendê-la publicamente, o que raramente foi feito.

Debate vai continuar. Mobilização será crucial

Na maioria das falas durante a audiência, predominou a avaliação de que, mais do que técnica, a discussão é política. A mudança terá que ser discutida com o governo Tarcísio de Freitas, que não esconde seu descontentamento com a autonomia das estaduais paulistas, e com os parlamentares da Alesp. A comunidade acadêmica precisa estar atenta e pronta para se mobilizar em defesa da garantia de financiamento adequado.

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 e 2024

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2024	Variação	1995	2024	Variação	1995	2024	Variação
Docentes	3.497	3.182	-9,0%	2.259	1.983	-12,2%	5.056	5.306	4,9%
Técnico-administrativa(o)s	7.918	5.079	-35,9%	8.681	7.234	-16,7%	15.105	12.610	-16,5%
Cursos de graduação	80	137	71,2%	44	65	47,7%	132	325	146,2%
Vagas em graduação	4.311	7.680	78,1%	1.990	3.434	72,6%	6.902	11.147	61,5%
Estudantes matriculada(o)s / graduação	19.618	38.344	95,4%	9.992	20.733	107,5%	33.479	58.752	75,5%
Cursos de pós-graduação	125	245	96,0%	85	169	98,8%	476	847	77,9%
. Mestrado	71	136	91,5%	46	82	78,3%	257	439	70,8%
. Doutorado	54	109	101,8%	39	73	87,2%	219	408	86,3%
Estudantes matriculada(o)s / pós-graduação	6.824	13.300	94,9%	8.771	12.465	42,1%	19.683	29.487	49,8%
. Mestrado	3.395	7.206	112,2%	3.830	5.781	50,9%	8.024	13.911	73,4%
. Doutorado	1.382	6.094	341,0%	2.996	6.684	123,1%	6.060	15.576	157,0%
Titulos outorgados (total)	581	2.706	365,7%	1.044	2.390	128,9%	2.643	6.911	161,5%
. Mestrado	433	1.642	279,2%	724	1.410	94,7%	1.584	3.991	152,0%
. Doutorado	148	1.064	618,9%	320	980	206,2%	1.059	2.920	175,7%

Fonte: Anuários Estatísticos das três instituições 2025 (ano base 2024) – últimos dados disponíveis.
Observação: Em 1995, passou a vigorar o padrão atual de financiamento das estaduais paulistas, mantido por sucessivos governos em 9,57% do ICMS-QPE.

‘Descongela, já’: Senado aprova projeto que reconhece tempo confiscado na pandemia

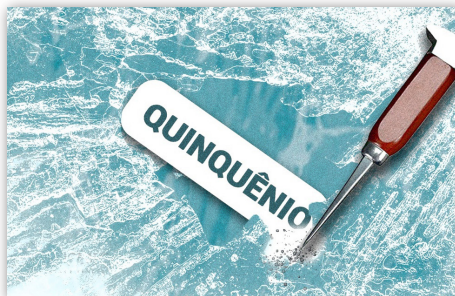
Medida, que vai à sanção presidencial, incorpora o período e autoriza entes federativos a pagar retroativos

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 143/2020 – conhecido como “Descongela, já!” – finalmente foi aprovado no Senado Federal, garantindo o reconhecimento do tempo de trabalho dos servidores públicos durante a pandemia de Covid-19. Antes disso, o texto havia sido aprovado em regime de urgência no dia 10, mas teve a tramitação suspensa, por pressão de entidades e parlamentares contra a Emenda nº 2, apresentada pelo senador Flávio Arns (PSB-PR), que tornava o projeto apenas ‘autorizativo’. Ou seja, os entes federativos poderiam considerar os 583 dias congelados, mas não seriam obrigados a fazê-lo.

Com isso, a votação do mérito foi adiada para a sessão do dia 16, após a retirada da emenda, registrando 62 votos favoráveis, 2 contrários e 2 abstenções, indo agora à sanção presidencial.

O que foi aprovado

O texto aprovado reconhece a contagem dos 583 dias de tempo de serviço confiscados durante a pandemia, para efeitos de cálculo de progressões, adicionais por tempo de serviço, quinquênios, sexta-parte e licença-prêmio. A mudança valerá igualmente para servidores autárquicos e celetistas.



Quanto aos valores monetários retroativos, o pagamento fica a critério de cada ente (União, estados e municípios), desde que tenha decretado estado de calamidade pública devido à pandemia e conte com orçamento disponível.

Pressão permanente

Tão logo foi aprovada a Lei Complementar (LC) 173/2020, de autoria do governo Bolsonaro, que confiscou os tempos e impediu reajustes salariais e contratações no período de 28/5/2020 a 31/12/2021, sindicatos do funcionalismo de todo o país, dentre eles os do Fórum das Seis, seguiram pressionando pela revogação do confisco. A pressão também se deu judicialmente, mas sem avanços, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) votou a questão e decidiu pela

constitucionalidade da LC 173. A luta passou a ser, então, pela aprovação de uma lei que garantisse a devolução dos tempos.

Em março de 2022, o Congresso Nacional aprovou a LC 191, restituindo a contagem do período para os servidores das áreas da saúde e da segurança pública.

A pressão prosseguiu, até culminar na aprovação do PLP 143/2020, de autoria da então deputada e hoje senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO), pela Câmara e, agora, pelo Senado. O PLP 143 trouxe apensados cerca de 30 projetos com teor semelhante, entre eles o PLP 21/2023, da deputada Luciene Cavalcanti (PSOL-SP).

E agora?

O entendimento das entidades sindicais é que, após a sanção do presidente Lula, os tempos congelados devem ser imediatamente devolvidos aos servidores. O Fórum das Seis está oficiando o Cruesp para saber sobre as iniciativas práticas que serão adotadas pelas reitorias para implementar a devolução.

Em relação aos retroativos, terá início uma campanha pelo pagamento, uma vez que o projeto aprovado no Senado autoriza, mas não obriga.

Moção do Fórum das Seis contra a autarquização do HC da Unicamp

O Fórum das Seis – que congrega as entidades sindicais e estudantis da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (Ceeteps) – solidariza-se com a luta dos funcionários, estudantes e docentes da Unicamp contra a transformação da área da saúde da Universidade em autarquia vinculada à Secretaria Estadual da Saúde para fins orçamentários e de gestão administrativa.

Embora a proposta defendida pela reitoria da Unicamp afirme que as áreas de ensino, treinamento de estudantes de graduação e de pós e aperfeiçoamento de médicos permanecerão ligadas à Universidade, as experiências semelhantes na USP e na Unesp mostram que os riscos são grandes.

A história da Unicamp evidencia sua integração orgânica com o Hospital das Clínicas, criado há 40 anos e referência na região de Campinas, atendendo a mais de 90 municípios, que somam cerca de 5 milhões de habitantes. Relegar seu financiamento e gestão ao governo do estado, que dá seguidas mostras de pouco apreço com a educação e a saúde públicas, é pavimentar o caminho do desmonte e da precarização.

É preciso considerar o impacto direto que a medida traria às trabalhadoras e aos trabalhadores. Com a autarquização, o quadro funcional da área da saúde passaria a ser ‘fatiado’, convivendo num mesmo ambiente de trabalho vários regimes de trabalho e realidades salariais distintas.

O Fórum das Seis insta a reitoria da Unicamp a dialogar com a comunidade e a cancelar o processo de autarquização, apostando no fortalecimento do financiamento público e na manutenção integral da área da saúde na Universidade.

